

O PRONAF e o desenvolvimento local: Levantamento da produção científica brasileira na última década**ALESSANDRO CARLOS NARDI**Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
ac.nardi@hotmail.com**SANDRA MARA STOCKER LAGO**Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
smstocker@uol.com.br**GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI**Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
geysler.bertolini@unioeste.br



O PRONAF E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA ÚLTIMA DÉCADA

Resumo

Este artigo teve como objetivo traçar o perfil da pesquisa científica brasileira sobre a relação entre o PRONAF e o desenvolvimento local das regiões que utilizaram os recursos do referido Programa. Esta é uma revisão sistemática, em que foi adotado procedimento documental. A pesquisa foi realizada em periódicos classificados no sistema *WebQualis* da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) com avaliação nos estratos de A2 até C referentes a área Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, sendo considerado as publicações entre janeiro de 2005 até setembro de 2016. Ao todo, foram selecionados dezessete trabalhos. Observou-se que a maioria dos estudos apontou que o PRONAF apresenta grande influência sob o desenvolvimento nas regiões onde o mesmo é utilizado, partindo-se da melhoria da qualidade de vida e aumento da renda da família rural e consequente injeção destes recursos na economia local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Agricultura Familiar; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; PRONAF; Produção Científica.

Abstract

This article aimed to outline the profile of Brazilian scientific research on the relationship between PRONAF and the local development of the regions that used the resources of Program. This is a systematic review, in which documentary procedure was adopted. The research was carried out in journals classified in the *WebQualis* system of CAPES (Commission for the Improvement of Higher Education Personnel) with evaluation in the strata of A2 to C referring to the area of Public Administration and of Business, Accounting and Tourism, being considered the publications between January From 2005 to September 2016. Altogether, seventeen papers were selected. It was observed that most of the studies pointed out that PRONAF has great influence under development in the regions where it is used, starting from the improvement of the quality of life and increase of income of the rural family and consequent injection of these resources into the local economy.

Keywords: Local development; Family Agriculture; National Program for Strengthening Family Agriculture; PRONAF; Scientific production.



1 Introdução

A agricultura familiar brasileira atual é oriunda de um longo processo de desenvolvimento iniciado a partir da colonização, e vem sofrendo influências políticas, econômicas e sociais, principalmente no século XXI, em especial nas últimas décadas (Teixeira & Crubellate, 2011).

Pode-se definir a agricultura familiar como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho e das atividades são desenvolvidas por pessoas que possuem entre si laços parentais. Entretanto, esse conceito não é absoluto, tendo em vista que os diversos grupos sociais e suas representações estabelecem categorias próprias que conforme o contexto em que for utilizado, o termo “agricultura familiar” pode receber um significado diferente. Mesmo assim, independente da situação em que o termo for utilizado, devem estar presentes os três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar (Bittencourt & Abramovay, 2013).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surge em meio à pauta de reivindicações da política agrícola dos agricultores familiares. Além disso, outros movimentos contribuíram para o surgimento desse programa, com o objetivo de proporcionar alternativas para estes produtores que, a partir da década de 70, vivenciam um processo de concentração de suas atividades em uma ou duas culturas, ou a destinação de seus produtos ao mercado agroindustrial (Mera & Didonet, 2010).

Assim, ressalta-se que o PRONAF é uma política pública muito importante para o desenvolvimento rural dos pequenos agricultores brasileiros, principalmente por ser o principal método de auxílio econômico e produtivo da agricultura familiar e especialmente por apresentar um elevado montante de recursos financeiros. O programa ainda possui uma tendência de continuar apoiando as ações econômicas e produtivas dos agricultores, tendo em vista o grande volume de recursos que são alocados nos últimos planos safras (Gazolla & Schneider, 2013).

Considerando a relevância do PRONAF para o desenvolvimento rural que também impacta no desenvolvimento local, o objetivo principal deste trabalho é traçar o perfil da pesquisa científica brasileira sobre a relação entre o PRONAF e o desenvolvimento local. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da produção científica publicada a respeito deste tema dos últimos dez anos.

Como forma de melhor compreensão, esse artigo está dividido em cinco seções. Além da presente introdução, a segunda seção trabalha os conceitos referentes à agricultura familiar, o histórico do PRONAF bem como sua relação com o desenvolvimento regional. A seção três apresenta os aspectos metodológicos para a realização da pesquisa. Em seguida, verifica-se a análise e apresentação dos resultados e, por fim, a quinta seção, que trata das considerações finais.

2 Referencial Teórico

Neste tópico aborda-se o conceito de agricultura familiar bem como se apresenta as características e objetivos do PRONAF.

2.1 Agricultura Familiar

Existe um grande consenso acadêmico em torno do conceito de “agricultura familiar”. Essa atividade é caracterizada como uma atividade onde exclusivamente um grupo familiar é responsável pela organização do processo produtivo, desde a escolha da cultura, diversificação, tipo de plantio e escoamento da produção. Segundo Neves (2007, p. 47), o



conceito de agricultura familiar pode ser definido “como a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”.

Segundo a Lei Federal nº 11.326/2006, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e, simultaneamente: possua área inferior a quatro módulos fiscais; utiliza mão de obra da própria família; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Também são contemplados por esta Lei, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais (Brasil, 2006).

De acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feito em 2006, verificou-se que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário (IBGE, 2006).

Todos os estudos, em diferentes partes do mundo, demonstram que a agricultura familiar tem grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda. Destacam, ainda, que tal forma de organização produtiva contribui para a diversificação do uso do espaço rural e possibilita práticas de exploração agrícolas que preservam o meio ambiente. A favor da agricultura familiar contam, ainda, as inúmeras externalidades positivas decorrentes de seu desenvolvimento, tais como: garantia de maiores fontes de biodiversidade, melhoria na segurança alimentar, preservação das características paisagistas do território, proteção do capital cultural, fortalecimento das relações familiares, contenção do êxodo rural, entre outras (Sousa, Coronel, Bender Filho, & Amorim, 2015).

Damasceno, Khan, e Lima (2011) também corroboram que a agricultura familiar é um dos principais setores da economia brasileira, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento nacional. Encontra-se em constante crescimento e expansão, aumentando as riquezas e contribuindo diretamente para a geração de empregos e reduzindo o êxodo rural, e favorecendo a distribuição de renda no campo.

Apesar de sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do país, somente a partir de meados da década de 1990 a agricultura familiar passou a constar da pauta de políticas públicas para o setor agrário. Isto decorreu, sobretudo, de pressões exercidas pelos movimentos sociais rurais organizados que, diante do crescente quadro de exclusão social do pequeno produtor rural e embasados em novas formulações teóricas, passaram a reivindicar maior apoio estatal para esta forma de organização produtiva no campo (França, Grossi, & Marques, 2009).

2.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF têm como objetivo favorecer e desenvolver as atividades dos pequenos produtores rurais, propiciando-lhes o acesso aos meios de produção, acesso aos créditos e financiamentos, ampliação da capacidade produtiva, agregação de valor aos produtos, geração de emprego, aumento da renda e da qualidade de vida familiar (G. Gomes, Kaleski, Cunha, & Toledo Filho, 2012). O artigo 1º do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, assim prescreve:

Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (Brasil, 1996).



Diante disso, observa-se que o PRONAF tem realizado grande parte dos seus objetivos iniciais, partindo-se do fato de que busca favorecer o acesso dos agricultores às políticas públicas, principalmente voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar ou concedendo diferentes linhas de créditos e financiamentos do Programa. Essas políticas de crédito tendem a aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) e contribuir para diferentes setores da economia, por meio do consumo de bens industrializados e serviços (Mattei, 2001).

De acordo com a Cartilha de Acesso do PRONAF, elaborada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o programa é a mais importante política pública desenvolvida pelo governo federal para subsidiar e apoiar os pequenos agricultores familiares. O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e tem como função o fortalecimento das ações produtivas que geram renda para as unidades familiares, com linhas de crédito rural adequadas ao contexto de cada região (Pérsico & Resende, 2010).

O PRONAF procura a promoção do desenvolvimento sustentável de empreendimentos familiares rurais baseados na agricultura, favorecendo uma distribuição equitativa de recursos entre as regiões brasileiras. Entretanto, verifica-se uma maior concentração e destinação dos recursos do Programa para a região sul do país, denotando-se uma desigualdade quando comparado com a região nordeste, que possui o maior número de propriedades familiares rurais do Brasil (Souza & Valente Jr., 2006).

De acordo com o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB), para ter direito aos benefícios do Programa, o agricultor deve se dirigir ao banco que possui convênio com o governo federal que disponibiliza o programa e apresentar um “certificado de aptidão”, elaborado pelo sindicato rural local ou pela agência de extensão rural, que confirme sua condição de agricultor familiar (Banco Central do Brasil, 2016).

Do ponto de vista operacional, o PRONAF apresenta quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; b) financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (Banco Central do Brasil, 2016).

Em relação ao público-alvo, o programa atende especificamente os agricultores familiares, caracterizados a partir das seguintes condições: a) possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00 (Banco Central do Brasil, 2016).

Os objetivos específicos do programa são os seguintes: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária a melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (Mattei, 2001).

Verifica-se que existe um intento manifesto no PRONAF em oportunizar o aumento da renda dos produtores através de seu acesso ao crédito bancário. Porém, os relatórios institucionais denotam que desde o início o Programa foi:



[...] concebido e executado como um programa de apoio ao desenvolvimento local, e não como meio de levar crédito aos agricultores e enviar recursos a municípios carentes: tão importante quanto o crédito, os recursos e a formação dos agricultores e dos técnicos, é a integração dessas políticas, que se consegue, antes de tudo, pelo esforço das organizações e do estímulo à coordenação entre atores econômicos privados, organizações associativas e diferentes esferas do governo (PRONAF, 2002).

Da mesma forma, verifica-se que o PRONAF inova ao agregar a questão da sustentabilidade no empreendimento agrícola, no qual existe a influência dos produtores rurais nas decisões e diligências do programa, ao estabelecer diversas formas de decisões, ao considerar e fomentar o cumprimento das normas de desenvolvimento dos agricultores, requerendo o assessoramento da assistência técnica e extensão rural, garantido as especificidades e exigências da agricultura familiar (Neves, Carvalho, Rocha, Fernandes, & Xavier, 2008).

Assim, o Estado deve garantir meios de preservar os objetivos fundamentais do Programa, e proporcionar a inserção dos recursos de em todas as regiões do Brasil. Visto a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e das economias locais, o PRONAF torna-se uma política pública de grande influência para o desenvolvimento da economia regional.

3 Metodologia

Do ponto de vista dos seus objetivos, a pesquisa desenvolvida é classificada como uma revisão sistemática. Segundo Sampaio e Mancini (2007), a revisão sistemática é um método de pesquisa que tem como fonte de dados as produções bibliográficas sobre determinado assunto.

Em relação aos procedimentos adotados, trata-se de uma pesquisa documental. Fachin (2001) e Gil (2010) caracterizam este tipo de pesquisa como aquela na qual a coleta de dados baseia-se em documentos e pesquisa bibliográfica.

A Figura 1 apresenta as etapas que foram realizadas para o levantamento dos dados da pesquisa.

| Etapas | Detalhes das Etapas |
|---------------|---|
| 1 | Levantamento dos periódicos <i>WebQualis</i> e definição de critérios para seleção dos artigos; |
| 2 | Seleção das palavras-chaves para busca nos periódicos; |
| 3 | Catálogo dos artigos encontrados nos periódicos de acordo com as palavras-chaves utilizadas; |
| 4 | Análise dos resultados dos artigos que se encaixam de acordo com o tema pesquisa. |

Figura 1. Etapas da pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores (2016).

A primeira etapa da pesquisa foi o levantamento dos periódicos nacionais da área de Administração Ciências Contábeis e Turismo classificados no sistema *WebQualis* nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e C. Foram selecionados 286 periódicos A2, B1, B2, B3, B4 e C nacionais da área. Em seguida, houve a escolha dos periódicos a serem pesquisados. Dado o tema do assunto, que relaciona questões agrárias e econômicas, foi definido que os periódicos pesquisados abordariam estes temas. Deste modo, foram excluídos 123 periódicos, restando 163 para a pesquisa.

A coleta de dados foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2016. Quanto ao período de publicação, a amostra da pesquisa foi obtida considerando-se os trabalhos publicados entre janeiro de 2005 e setembro de 2016, correspondentes aos últimos 10 anos.



Optou-se por pesquisar somente os trabalhos nacionais, pois o PRONAF trata-se de um programa vinculado ao Governo Federal brasileiro e dificilmente seriam encontrados trabalhos em bases internacionais.

Na segunda etapa, foram delimitadas as palavras-chaves a serem utilizadas. Nesse caso foram: “PRONAF” e “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” combinado com “desenvolvimento econômico”. Após a definição das palavras-chaves sobre o objeto de estudo, se deu início às buscas das palavras-chaves nos sites dos respectivos periódicos.

A próxima etapa foi à catalogação dos artigos e a análise para confirmar se os artigos encontrados se encaixam no objetivo desejado. Para auxiliar na catalogação dos artigos foi utilizado o *Software Microsoft Excel 2010*, e em um primeiro momento os artigos foram analisados somente pelo título, pelas palavras-chaves e resumo, a seguir os artigos foram analisados um a um, e recebendo as classificações: (a) selecionado pelo título, (b) selecionado pelas palavras-chaves, (c) selecionado pelo resumo e (d) não se encaixa. Foram selecionados trabalhos em que as palavras-chave estivessem inseridas no título, palavras-chave ou resumos. Foram excluídos trabalhos que apresentassem as palavras-chave, porém com temas que não contemplassem a abordagem da pesquisa. Os resultados obtidos são apresentados na Figura 2.

| Seleção | | Nº de Artigos |
|-------------------------|-----------------|---------------|
| Selecionado pelo (as) | Título | 2 |
| | Palavras-chaves | 3 |
| | Resumo | 12 |
| Não se encaixa | | 239 |
| Total de Artigos | | 256 |

Figura 2. **Critérios de seleção dos artigos**

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Foram selecionados 2 artigos pelo título, 3 artigos pelas palavras-chaves e a predominância se dá por meio da seleção pelo resumo dos artigos, sendo 12 artigos selecionados, e ainda, 239 foram desconsiderados por não estarem enquadrados nos objetivos da pesquisa.

Na pesquisa é proposta a análise qualitativa em qual será realizado análises mais profundas em relação ao assunto que está sendo pesquisado e pode destacar aspectos não observados na análise quantitativa (Raupp & Beuren, 2009).

Foram ainda geradas nuvens de palavras dos títulos e das palavras-chaves dos 17 estudos selecionados. Com a geração da nuvem de palavra é possível identificar a frequência que as palavras são citadas nos títulos e nas palavras-chaves dos trabalhos, nota-se que quanto maior for a palavra, maior é a frequência que ela foi citada. Para geração das nuvens de palavras foi utilizado o aplicativo *Wordle* (<http://www.wordle.net/>), em qual é possível gerar nuvens de palavras com o texto informado e a nuvem de palavra dará destaque para as palavras com frequência das mais citadas no texto.

Após percorrer sobre a metodologia utilizada no estudo, a seguir são apresentados os resultados obtidos.

4 Análise dos Resultados

Foram obtidos, no total, 17 estudos. Na Tabela 1 são mostradas as quantidades de estudos obtidos por periódicos pesquisados e sua classificação de acordo com o sistema Qualis/CAPES.

**Tabela 1 – Periódicos pesquisados**

| Título | Estrato | Estudos |
|--|----------------|----------------|
| Caderno Virtual de Turismo | B1 | 1 |
| Economia & Região | B3 | 1 |
| Economia Aplicada | B1 | 1 |
| Extensão Rural | B4 | 1 |
| Gestão & Regionalidade | B2 | 1 |
| Organizações Rurais & Agroindustriais | B2 | 1 |
| Pesquisa Operacional | B2 | 1 |
| REUNA | B4 | 1 |
| Revista Brasileira de Economia | B1 | 1 |
| Revista Brasileira de Economia Doméstica | B3 | 1 |
| Revista de Economia e Sociologia Rural | B1 | 6 |
| Revista Sociedade & Natureza | B2 | 1 |
| Total | | 17 |

Nota: Fonte: dados da pesquisa (2016).

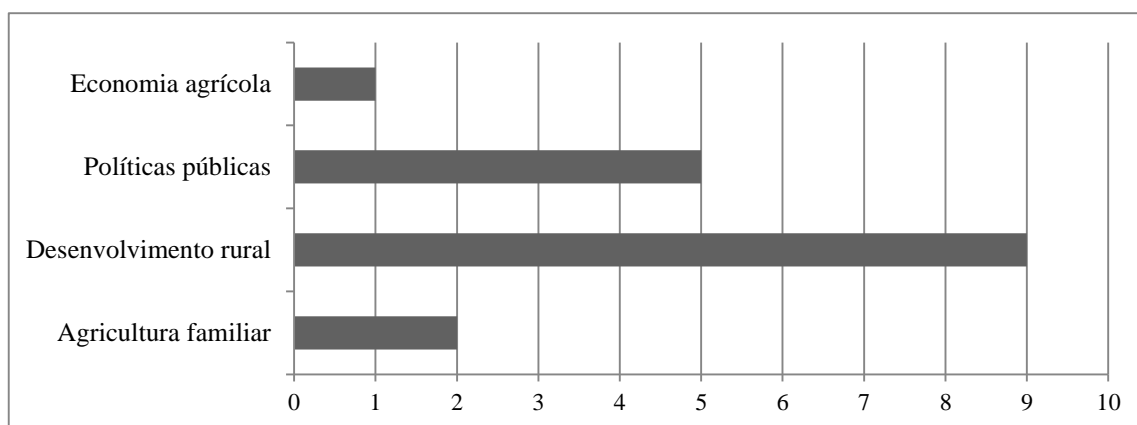
Cabe ressaltar que nos demais periódicos pesquisados, não foram encontrados trabalhos que se enquadrassem nos critérios da pesquisa. A Tabela 2 mostra o número de publicações por ano.

Tabela 2 – Distribuição dos artigos por ano de publicação

| Ano | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Total |
|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 | 2 | 3 | 4 | 2 | 0 | 17 |

Nota: Fonte: dados da pesquisa (2016).

Como pode ser observado, o ano de 2014 foi o que apresentou o maior número de publicações, sendo quatro para este ano. A quantidade de publicações entre 2006 e 2010 mostrou-se de certa maneira constante com uma publicação para 2006, uma para 2008 e uma para 2010. Na Figura 3 são mostrados o foco principal dos assuntos abordados nos estudos encontrados, com base nos objetivos dos artigos selecionados.

**Figura 3. Assuntos abordados nos artigos pesquisados.**

Fonte: dados da pesquisa (2016).

A maioria dos artigos pesquisados (9) tem como tema central o desenvolvimento rural, sendo este tema fortemente relacionado com o desenvolvimento local em que o PRONAF está inserido, pois ao se promover a economia rural, tem-se o consequente progresso econômico local (Teixeira & Crubellate, 2011)

Segundo Gil (2010), toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação aos objetivos das pesquisas, estas podem ser classificadas em exploratórias, descritivas e explicativas.

As pesquisas exploratórias envolvem, na maioria dos casos, levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiência com o problema pesquisado. As pesquisas descritivas possuem, como uma de suas características mais significativa, a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática. A Tabela 3 mostra a classificação dos artigos pesquisados.

Tabela 3 – Classificação dos estudos pesquisados

| Caráter da pesquisa | Quantidade de estudos |
|-------------------------|-----------------------|
| Exploratória | 5 |
| Descritiva | 9 |
| Descritiva-exploratória | 3 |
| Total | 17 |

Nota. Fonte: dados da pesquisa (2016).

Como se pode notar, a grande maioria das publicações tratou de estudos descritivos, utilizando instrumentos de coletas de dados como questionários, entrevistas e ainda programas estatísticos de análise de dados, entre eles o SPSS® Statistics. Possuíam em comum o fato de se tratarem de estudos de caso, focados em estudar, analisar e buscar soluções para situações locais. Alguns deles incorporam a este tipo de estudo a revisão bibliográfica, caracterizando a pesquisa como descritiva-exploratória.

Na Figura 4 apresenta-se a nuvem de palavras dos títulos dos artigos selecionados.



Figura 4. Nuvem de palavras dos títulos dos artigos

Fonte: dados da pesquisa (2016).

As palavras com maior frequência nos títulos dos artigos são: Pronaf, Agricultura, Familiar, o que demonstra que dentre as palavras que estão nos títulos, tem predominância a palavra PRONAF na qual é o foco do estudo e mostra o alinhamento dos artigos selecionados. A Figura 5 apresenta a nuvem das palavras-chaves utilizadas nos trabalhos selecionados.



Figura 5. Nuvem de palavras-chaves dos artigos

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Já para as palavras-chaves, as palavras com maior frequência foram: Pronaf, agricultura, familiar, crédito e renda. Assim como na Figura 4, destaca-se como maior frequência a palavra Pronaf que demonstra alinhamento das palavras-chaves com os títulos. Destacam-se também as palavras políticas e públicas, em quais os artigos buscam identificar e analisar as políticas públicas desenvolvidas pelo Programa.

Na Figura 6 apresenta-se um resumo dos principais resultados encontrados nos artigos selecionados.

| Nº | Autor (es) | Principais resultados |
|----|--|---|
| 1 | (Magalhães, Silveira Neto, Dias, & Barros, 2006) | Os resultados indicam que o PRONAF mostrou-se pouco eficaz no estado de Pernambuco no ano de 2001. Quando as diferenças de características dos agricultores e probabilidades de participação do programa são consideradas, os resultados indicam que o programa não tem gerado um impacto significativo sobre os agricultores e comunidade local. |
| 2 | (Souza, Ponciano, Gomes, & Fornazier, 2010) | Neste estudo, foram propostas medidas para otimização econômica de culturas de frutas e constatou-se que os recursos do PRONAF contribuíram para elevar o uso da terra, aumentar o retorno das atividades e para a contratação de trabalhadores adicionais, gerando assim emprego e renda para a população local. |
| 3 | (Teixeira, Higuchi, Rocha, & Vieira, 2010) | Os dados coletados no município de Marialva-PR, levam a inferir que o Pronaf, fomentando o associativismo, contribuiu para atenuar as condições desfavoráveis que se apresentavam para as famílias dos pequenos agricultores do município. |
| 4 | (Damasceno et al., 2011) | A pesquisa constatou que tanto os agricultores familiares beneficiários quanto aqueles não beneficiários apresentaram baixo nível de sustentabilidade. O PRONAF teve um impacto positivo, mas não significativo sobre a geração de renda e um efeito positivo sobre a geração de empregos. |
| 5 | (Souza, Ney, & Ponciano, 2011) | Esta pesquisa da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre 1999 e 2009 evidenciou que estes permanecem concentrados em poucos estados, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. Observou-se ainda que essa distribuição não reflete totalmente a distribuição da agricultura familiar entre os estados. Esses recursos têm sido direcionados, principalmente, para estados com maior participação no valor produzido pela agricultura familiar, o que causa desigualdade na economia dos municípios dos estados que recebem menos recursos. |
| 6 | (Teixeira & Crubellate, 2011) | Com esta pesquisa pode-se concluir que, em Maringá-PR, o programa alcançou o seu objetivo de proporcionar mudança nas propriedades e contribuir para modernização rural da região. Contudo, a pesquisa também demonstrou que há espaços para melhorias que se relacionam diretamente |



| | | |
|----|---|---|
| | | com a continuidade dos bons resultados do programa, isso é, com a garantia da transferência correta de recursos financeiros dos agricultores para a economia regional. |
| 7 | (G. Gomes et al., 2012) | O PRONAF tem alcançado seus objetivos ao proporcionar, na visão dos agricultores que aderiram ao programa, melhoria na qualidade de vida em virtude do aumento da renda familiar. Com o aumento da renda dos agricultores, tem-se a inserção desses recursos na economia local. |
| 8 | (F. F. Azevedo & Pessoa, 2012) | Os autores observaram que houve uma diminuição da desigualdade regional brasileira, bem como uma preocupação que o Programa tem demonstrado com os aspectos socioculturais locais e regionais, de forma que seus investimentos vão além dos aspectos econômicos, valorizando também as características culturais das regiões onde é utilizado. |
| 9 | (Sousa, Monte, & Paula, 2013) | O Programa contribuiu para o crescimento da ovinocaprinocultura, com reflexo na elevação da renda no município de Irauçuba-CE. Além disso, possibilitou o ingresso dos grupos familiares em novas atividades, bem como a manutenção em outras que já eram desenvolvidas pelos agricultores. A renda média mensal líquida das famílias teve incremento de 43,7% no período estudado. |
| 10 | (Gazolla & Schneider, 2013) | Neste estudo verificou-se que o Pronaf de um lado, está financiando as atividades de produção habituais dos agricultores, como grãos e commodities agrícolas. De outro, há um processo de diversificação econômica das atividades produtivas, das pequenas criações, cultivos e de alimentos básicos ao consumo das famílias. |
| 11 | (Souza, Ponciano, Ney, & Fornazier, 2013) | No estudo dos contratos entre 1999 e 2010, verificou-se que tem se tornado cada vez maior a participação dos investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos e veículos. Em síntese, os resultados obtidos fortalecem a hipótese de que as mudanças ocorridas no Programa vêm contribuindo para elevar a participação dos segmentos mais capitalizados no total dos financiamentos e aumentar a desigualdade regional na distribuição desses recursos. |
| 12 | (Batista & Neder, 2014) | Os resultados deste estudo indicaram que: i) a elevação da renda per capita ou o decréscimo da desigualdade de renda tendem a reduzir a pobreza; ii) o efeito do Pronaf sobre a renda per capita média e a desigualdade de renda está condicionado às especificidades socioeconômicas das unidades de observação e iii) os gastos do Pronaf tendem a reduzir indiretamente a pobreza via elevação da renda média e da redução da concentração de renda. |
| 13 | (Grisa, Wesz Junior, & Buchweitz, 2014) | Já os resultados deste trabalho apontam que, por um lado, o Pronaf mantém uma concentração de contratos e de recursos nos agricultores familiares mais capitalizados, produtores de commodities (principalmente milho, soja e café) e localizados na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, reforçando o seu forte viés produtivista. Mas, ao analisar espacialmente os dados, percebe-se o financiamento de uma variedade de cultivos nas diferentes regiões brasileiras. Em termos regionais, a ampliação dos recursos e contratos totais tem sido superior nas regiões Nordeste e Norte. Apesar disso, essas regiões permanecem minoritárias no acesso aos recursos do Programa, apesar de concentrarem a maior parte da agricultura familiar brasileira. |
| 14 | (Pereira & Nascimento, 2014) | Neste estudo ficaram evidentes a importância relativa do setor agrícola para a economia tocantinense, a forte participação da agricultura familiar na produção total do setor e a significativa presença do Pronaf, que, para além de contribuir no processo de legitimação da agricultura familiar, se mostrou capaz de estimular a produção vegetal e animal dos municípios estudados |
| 15 | (Sartor, Camara, & Nascimento, 2014) | Os resultados apontam que durante o Governo Lula, o PRONAF teve maior influência sobre o PIB Agropecuário, entretanto, o PIB Agropecuário teve maior crescimento durante o Governo FHC. Verifica-se que, de forma geral, o PRONAF tem se comportado mais como uma política de distribuição de renda, do que propriamente de fortalecimento da |



| | | |
|----|-----------------------------|--|
| | | agricultura, não gerando impactos diretos no PIB Agropecuário. |
| 16 | (Azevedo & Rodrigues, 2015) | Verificou-se que o PRONAF tem contribuído com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população rural do município de Apodi-RN, sobretudo para assentados da Reforma Agrária. |
| 17 | (Silva, 2015) | As análises referentes à evolução do PRONAF nos municípios do Território do Vale do Murici em Minas Gerais, apontam uma ampliação considerável tanto em termos de recursos como em termos de número de contratos no período. No entanto, os elementos analisados nesta pesquisa evidenciam que existem ainda desafios a serem vencidos no território para potencializar e qualificar o acesso aos créditos do PRONAF, inclusive quanto à articulação com outras políticas públicas voltadas ao segmento da agricultura familiar. |

Figura 6. **Principais resultados dos artigos analisados**

Fonte: dados da pesquisa (2016).

No que tange os objetivos dos estudos levantados, verificou-se que por se tratarem em sua maioria de estudos de caso, estavam restritos a realidade de uma determinada região ou localidade. Deste modo, os objetivos abordavam análises e diagnósticos voltados para a contribuição do PRONAF no desenvolvimento de determinada localidade, observando os indivíduos envolvidos, legislações e as políticas públicas pertinentes.

Em relação aos temas abordados nos estudos, observou-se que a maioria contemplava em seus objetivos o desenvolvimento rural. Com isso, verifica-se a intensificação das pesquisas voltadas para este campo de estudo, onde cada vez mais se busca conhecer e fomentar as atividades agrícolas como meio de desenvolvimento da economia nacional, e ainda ressaltar que o PRONAF exerce benefícios sobre as comunidades em que é utilizado (Azevedo & Rodrigues, 2015; Batista & Neder, 2014; Gomes et al., 2012; Pereira & Nascimento, 2014; Sousa et al., 2013; Souza, Ferreira, Ponciano, & Brito, 2008; Teixeira & Crubellate, 2011; Teixeira et al., 2010)

Outro estudo ainda concluiu que os objetivos do PRONAF estão indo muito além de fortalecer a agricultura familiar e favorecer o desenvolvimento econômico das localizadas onde está inserido. Existem ações desenvolvidas pelo Programa que promovem a valorização dos aspectos socioculturais locais e regionais, garantindo além do fator financeiro, também o fator social para o desenvolvimento local (Azevedo & Pessoa, 2012).

De acordo com Gazolla e Schneider (2013), o PRONAF não é apenas um programa que financia atividades agrícolas triviais dos produtores rurais, como grãos e outras commodities agrícolas. Existe uma nova perspectiva do Programa em que o mesmo financia e promove o incentivo da diversificação das culturas agrícolas, como a inclusão de pequenas criações de animais, novos cultivos de plantações e incentivo à produção de alimentos para a subsistência familiar e à produção de alimentos orgânicos.

Por outro lado, constatou-se que alguns estudos concluam que apesar do PRONAF ser uma importante política pública para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, ainda nas regiões Norte e Nordeste do país o Programa é pouco utilizado. Uma das hipóteses para esse fato é a falta de incentivos dos Estados para a divulgação e fomento do PRONAF junto aos agricultores, que na maioria das vezes desconhecem os benefícios do Programa e ainda enfrentam dificuldades de acesso ao crédito. Outro ponto observado é que os recursos acabam sendo direcionados prioritariamente para os estados que detêm a maior parcela de contribuição na economia nacional, o que é o caso das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Assim, ao invés do PRONAF promover o desenvolvimento de todas as regiões, acaba priorizando algumas e desprezando outras, indo em sentido contrário ao seu objetivo inicial (Grisa et al., 2014; Magalhães et al., 2006; P. M. D. Souza et al., 2011).

Damasceno, Khan e Lima (2011) corroboram com Silva (2015) ao afirmar que existe um aumento considerável nos últimos anos com relação ao número de contratos firmados com



os agricultores familiares. Apesar de o PRONAF apresentar um impacto positivo sobre as famílias dos agricultores, o Programa não possui importância significativa sobre a geração de renda dessas famílias, o que por consequência, não favorece o desenvolvimento econômico e financeiro da região.

Já um estudo realizado por Souza et al., (2013) com relação ao contratos do PRONAF entre os anos de 1999 e 2010 apontou que os recursos do Programa estão sendo utilizados cada vez mais para investimentos em maquinários, equipamentos e veículos. Isso faz com que o Programa seja fonte de crédito para a aquisição de bens de consumo e acúmulo de capital, gerando desigualdade regional na transferência de recursos para outras famílias que necessitariam desse recurso para subsidiar suas atividades básicas.

Ademais, Azevedo e Pessôa (2012) alertam que em várias regiões do Brasil, o PRONAF enfrenta diversos problemas, entre eles, o direcionamento dos recursos para outros fins e a corrupção dos princípios fundamentais da base legal que constituem o Programa. Existe ainda a falta de controle da destinação dos recursos e de acompanhamento dos resultados por alguns órgãos competentes. Afirmam ainda que existe uma fragilidade na avaliação do Programa e que não existe integração do PRONAF com outras políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal.

Por fim, Sartor et al., (2014) ao realizar um estudo comparando a influência do PRONAF no PIB Agropecuário nos Governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-210), observaram um aumento maior durante a gestão FHC. Isso provavelmente se deve ao fato de que o PRONAF foi criado no Governo FHC, onde os primeiros contratos e créditos eram supervisionados e controlados e ainda tinham seu foco principal no fortalecimento da agricultura familiar. Já no Governo Lula pode ter ocorrido a falta de controle e supervisão dos recursos, corroborando com Azevedo e Pessôa (2012).

De acordo com estudos supracitados, verifica-se que foram poucas pesquisas encontradas em torno da influência do PRONAF sobre o desenvolvimento local e dos municípios, e que os selecionados evidenciam que a temática ainda é pouco difundida. Mesmo sendo uma política que existe desde 1996, muitas de suas ações ainda estão sendo implementadas, e também pode haver pouco conhecimento dos municípios e no incentivo à utilização dos recursos.

Com base na análise realizada, observou-se que a maioria dos estudos apontou que o PRONAF apresenta grande influência sob o desenvolvimento dos municípios e regiões onde o mesmo é utilizado, partindo-se da melhoria da qualidade de vida e aumento da renda da família rural e consequente injeção destes recursos na economia local. Todavia, existem alguns problemas e descontinuidade da aplicação do crédito, sendo que para isso, o Governo em conjunto com os Estados devem promover a fiscalização e controle dos recursos para que o Programa cumpra de eficiência na valorização e fortalecimento da agricultura familiar.

5 Considerações Finais

Considera-se que o objetivo proposto foi atingindo, pois foram analisadas as publicações nas revistas nacionais *WebQualis* A2 a C sobre a influência do PRONAF no desenvolvimento local das regiões que utilizaram os recursos do referido Programa no período de 2005 a 2016, identificando-se o número de publicações por ano; número de autores por artigo; volume de artigos por estrado, classificação do tema central do artigo, bem como os principais resultados encontrados em cada trabalho. Bem como, por meio da análise de conteúdo verificou-se a influência do PRONAF sob o desenvolvimento dos municípios e regiões onde o mesmo é utilizado.

Pode-se concluir que dos 17 artigos selecionados, as revistas com maior frequências de publicações foram: Revista de Economia e Sociologia Rural com 6 artigos e Cadernos



Gestão Pública e Cidadania e Revista de Administração Pública com 2 artigos cada. Em relação ao número de autores, verificou-se que a maioria dos trabalhos (7) foram escritos por dois autores, enquanto que a menor porcentagem corresponde a apenas um estudo com cinco autores.

Os anos de 2011 e 2014 foram os que apresentaram o maior número de publicações, sendo cinco em cada ano. A quantidade de publicações entre 2011 e 2014 mostrou-se de certa maneira constante com uma publicação em 2012 e outra em 2013. A análise dos temas dos artigos selecionados demonstrou que este é um assunto relacionado com políticas públicas, agricultura familiar, desenvolvimento rural e economia agrícola, sendo todos interligados.

Com a aplicação das Nuvens de Palavras nos títulos e palavras-chaves dos 17 artigos, a palavra Pronaf apareceu com maior frequência, e assim pode-se verificar o alinhamento do tema central dos artigos selecionados com o objetivo do estudo.

Destarte, observou-se que a maioria dos estudos apontou que o PRONAF apresenta grande influência sob o desenvolvimento dos municípios e regiões onde o mesmo é utilizado, partindo-se da melhoria da qualidade de vida e aumento da renda da família rural e consequente injeção destes recursos na economia local. Por outro lado, existem dificuldades a serem superadas por parte dos Estados e do Governo Federal no controle da destinação correta dos recursos.

Pode-se também inferir que foram desenvolvidas poucas pesquisas na área de estudo desta pesquisa nos últimos dez anos relacionando a importância do PRONAF para o desenvolvimento local e regional, sendo este um tema de grande relevância para a gestão pública e que pode ser ainda muito explorado em pesquisas futuras.

Referências

- Azevedo, F. F., & Pessoa, V. L. (2012). O Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Revista Sociedade & Natureza*, 23(3).
- Azevedo, R. M. M., & Rodrigues, C. G. O. (2015). Políticas públicas e turismo rural: um estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Apodi (RN). *Caderno Virtual de Turismo*, 15(2), 131–145.
- Banco Central do Brasil. (2016). Manual de Crédito Rural. Recuperado de: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>
- Batista, H. R., & Neder, H. D. (2014). Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). *Revista de Economia E Sociologia Rural*, 52, 147–166.
- Bittencourt, G. A., & Abramovay, R. (2013). Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. *Revista Economia Ensaio*, 16(1).
- Brasil. (1996). Decreto n. 1946, de 28 de junho de 1996. Recuperado de: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm
- Brasil. (2006). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm
- Damasceno, N. P., Khan, A. S., & Lima, P. V. (2011). O impacto do PRONAF sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. *Revista de Economia E Sociologia Rural*, 49(1), 129–156.
- Fachin, O. (2001). *Fundamentos de metodologia* (3rd ed.). São Paulo: Saraiva.
- França, C. G., Grossi, M. E., & Marques, V. P. (2009). *O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Gazolla, M., & Schneider, S. (2013). Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma



- análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia E Sociologia Rural*, 51(1), 45–68.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, G., Kaleski, D. W., Cunha, P. R., & Toledo Filho, J. R. (2012). Avaliação das contribuições do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e melhoria da renda familiar dos psicultores de Blumenau, Santa Catarina. *Gestão & Regionalidade*, 52(2), 21–31.
- Grisa, C., Wesz Junior, V. J., & Buchweitz, V. D. (2014). Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia E Sociologia Rural*, 52(2), 323–346.
- IBGE. (2006). Censo Agropecuário 2006. Recuperado de:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf
- Magalhães, A. M., Silveira Neto, R., Dias, F. D. M., & Barros, A. R. (2006). A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. *Economia Aplicada*, 10(1), 57–74.
- Mattei, L. (2001). Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. *Encontro Da Sociedade Brasileira de Sistemas de*. Recuperado de:
https://www.researchgate.net/profile/Lauro_Mattei/publication/237525551_PROGRAMA_NACIONAL_DE_FORTELECIMENTO_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_PRO_NAF_CONCEPCAO_ABRANGENCIA_E_LIMITES_OBSERVADOS_1/links/561c6bc208ae78721fa11639.pdf
- Mera, C. P., & Didonet, G. B. (2010). Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS). *Perspectiva Econômica*, 6(2), 45–58.
- Neves, D. P. (2007). *Agricultura familiar: quantos ancoradouros*. Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular. Recuperado de:
http://www2.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf
- Neves, J. A., Carvalho, F. F., Rocha, D. F., Fernandes, D. C., & Xavier, F. P. (2008). O rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar: uma avaliação do Pronaf. In *Anais do III Encontro de Administração Pública e Governança*. Salvador: Anpad.
- Pereira, E. L., & Nascimento, J. S. (2014). Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. *Revista de Economia E Sociologia Rural*, 52(1), 139–156.
- Pérsico, J. A., & Resende, R. B. (2010). Cartilha de Acesso ao PRONAF. SEBRAE-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Recuperado de:
http://www.condetinp.com.br/publicacoes/pronaf_2010_2011.pdf
- PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (2002). *Relatório Institucional*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2009). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83–89.
- Sartor, M., Camara, M. da, & Nascimento, S. do. (2014). Contribuição do PRONAF para o crescimento das economias locais: uma análise para o Brasil e regiões. *Economia &*



Região, 2(1), 7–27. Recuperado de:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/13966>

- Silva, S. P. A. (2015). A dinâmica das políticas públicas de desenvolvimento rural e sua incidência territorial: uma análise do Pronaf no Território Vale do Murici/MG. *Extensão Rural*, 22(2), 60–78.
- Sousa, E. P., Coronel, D. A., Bender Filho, R., & Amorim, A. L. (2015). Competitividade da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade E Sustentabilidade*, 5(1).
- Sousa, J. M. P., Monte, F. S. S., & Paula, L. A. M. (2013). Avaliação dos efeitos do PRONAF B na renda da agricultura familiar. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, 24(1), 153–176.
- Souza, J. M., & Valente Jr., A. S. (2006). Análise das liberações dos recursos do PRONAF: descentralização das aplicações do crédito rural? In *Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Fortaleza: Sober.
- Souza, P. M. D., Ferreira, V. R., Ponciano, N. J., & Brito, M. D. N. (2008). Otimização econômica, sob condições de risco, para agricultores familiares das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. *Pesquisa Operacional*, 28(1), 123–139.
- Souza, P. M. D., Ney, M. G., & Ponciano, N. J. (2011). Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009. *Revista Brasileira de Economia*, 65(3), 303–313.
- Souza, P. M. D., Ponciano, N. J., Ney, M. G., & Fornazier, A. (2013). Análise da Evolução do Valor dos Financiamentos do Pronaf-Crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. *Revista de Economia E Sociologia Rural*, 51(2), 237–254.
- Souza, P. M. De, Ponciano, N. J., Gomes, M., & Fornazier, A. (2010). Análise da Evolução do Valor dos Financiamentos do Pronaf-Crédito (1999 a 2010): número , valor médio e localização geográfica dos contratos.
- Teixeira, M. G., & Crubellate, J. M. (2011). Impactos do PRONAF na institucionalização de padrões: análise do processo de adoção técnica na agricultura familiar da região de Maringá-PR. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 13(1).
- Teixeira, M. G., Higuchi, A. K., Rocha, E. E. B., & Vieira, F. G. D. (2010). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): um enfoque na perspectiva democrática de Alain Touraine. *REUNA*, 12(2).